

Roteiro do podcast Censos do Brasil – Episódio 7 – Censo de 1970 – Pra frente Brasil – Divulgado em 24 de abril de 2023

[Música instrumental da época]

Olá! Esse é o Censos do Brasil e eu sou Fabio Carvalho. Hoje vamos falar do Recenseamento Geral de 1970, oitavo censo realizado no Brasil, o terceiro realizado pelo IBGE e o primeiro realizado após as reformas estruturais que transformaram o órgão em Fundação. Foi também o segundo Censo que aconteceu no mesmo ano de uma Copa do Mundo de futebol. Dessa vez, com uma final mais feliz do que 20 anos antes. A música tema do Brasil na Copa, a famosa “Pra Frente Brasil” tentou prever a população daquele ano, mas errou por pouco! Já não éramos mais “90 milhões em ação”, já superávamos os 93 milhões de pessoas. Mas reconheço que o número correto não soaria tão bem na música! A popularidade da seleção campeã também foi boa para o Censo, que teve Pelé como um dos seus garotos propaganda. Ficou curioso para saber mais? Depois da vinheta conversamos melhor.

VINHETA [trechos de músicas de propagandas dos Censos compiladas: “O Brasil precisa saber para ter consciência de sua grandeza”; “Plim, plim, toco a campainha e ouço uma voz perguntando”; “quem é? É o agente do Serviço Nacional de Recenseamento”; “o Censo está aí: você responde e o Brasil corresponde”; “quantos somos? Sim, quantos somos no Brasil?”; “para o bem do Brasil, para o seu próprio bem, receba-o cordialmente”; “bom dia minha senhora”; “vamos juntos descobrir que país é este”]

[Música instrumental da época]

Os trabalhos preliminares do censo começaram ainda em 1967, comandados pelo Serviço Nacional de Recenseamento. Mas com as mudanças ocorridas no IBGE, a responsabilidade pelo planejamento e execução do recenseamento passou para o recém-criado Departamento de Censos, que contou com a assistência técnica da Comissão Censitária Nacional. A pesquisa estava integrada ao Censo das Américas, ou seja, deveria seguir as diretrizes básicas recomendadas pelos

organismos internacionais para toda a América. Além disso, seguiu o mesmo esquema de amostragem do censo anterior, atingindo 25% dos domicílios particulares e investigando temas como religião, instrução e levantando as informações relacionadas aos domicílios. A data de referência escolhida foi primeiro de setembro e, além do censo demográfico, também foram realizados os censos agropecuário, industrial, comercial e dos serviços.

Podemos dizer que o Censo de 1970 teve como ponto de partida um evento bastante importante: a primeira Conferência Nacional de Estatística, a CONFEST, realizada em 1968, no Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, o tema Censo foi debatido intensamente por especialistas e entidades, resultando em inúmeras contribuições e sugestões. Outra consequência importante foi a proposta de um plano básico que norteou a execução do recenseamento.

Além disso, o censo também se beneficiou de outras formas com a realização da CONFEST. Para te dar um exemplo, vou colocar mais um trecho do depoimento que o senhor Manoel Antônio deu para o projeto de História Oral da Memória IBGE, eu já utilizei trechos dessa entrevista em episódios anteriores. Também vou incluir, em seguida, um trecho da entrevista de Mauro Mello, ex-diretor de Geociências do Instituto, que vai dar mais detalhes sobre a base operacional utilizada na pesquisa.

[Depoimento de MANOEL ANTÔNIO SOARES DA CUNHA]

“E aí, assim, mudou a característica do IBGE. Veio a tal CONFEST, que tem uma visão ampla da estatística brasileira. E melhorou o atendimento financeiro e administrativo. O IBGE passou a ter recursos, tanto que nós fizemos um convênio, o recenseamento fez um convênio com o Conselho Nacional de Geografia de um bilhão de Cruzeiros antigos para reformular toda a cartografia censitária. Nós baseamos essa reformulação nos levantamentos aerofotogramétricos da USAF, paralelo piso para baixo. Então tudo isso foi feito.”

[Depoimento de MAURO MELLO]

“Em 1968 se dava partida, exatamente, para o recenseamento geral de 1970, com a atualização da base operacional, do censo de 1970. O projeto da base operacional do censo de 1970 tinha uma componente nova. Pela primeira vez, se utilizariam os resultados da aplicação da aerofotogrametria no mapeamento de base do censo. Então, todo o Estado de São Paulo, por exemplo, foi atualizado.

Foram atualizados os mapas municipais a partir de mosaicos montados com um levantamento aerofotogramétrico da década de 1960. Um levantamento entre 1962 e 1967. Ainda no ano de 1968, alguns voos foram executados. Esse é o voo polêmico. Esse voo foi executado pela força aérea norte-americana em convênio com o Governo brasileiro. O programa de cooperação internacional na área de cartografia.”

Interessante não? Bem, seguindo então o plano originado na CONFEST, as investigações estariam focadas nas pessoas, nas famílias, nos domicílios e nos prédios. Sobre as pessoas constavam perguntas como o nome, sexo, idade, religião e cor. Sobre a família, era importante saber coisas como o número de membros e a renda familiar. Já sobre o domicílio, informações como valor do aluguel, número de cômodos e localização das instalações sanitárias. E sobre os prédios, se desejava saber o número de pavimentos e material das paredes, pisos e forros, por exemplo.

Mas antes desse plano ser aplicado, precisou passar por uma avaliação da Comissão Censitária Nacional. No final dos trabalhos, quase tudo foi aprovado com facilidade, exceto dois temas. Consegue adivinhar quais? Ah, eles mesmos! Cor e religião! O tema religião não tinha sido pesquisado nos censos de 1890 e 1920. Já o tema cor, ficou de fora dos censos de 1900 e 1920 e por pouco não foi pesquisado em 1940, como eu disse há alguns episódios.

A polêmica com o tema religião foi menor. Dois padres foram ouvidos e ambos eram a favor da manutenção da investigação. Pronto, bastou para a solução do problema. Parece ter sido levado em consideração o apoio do clero aos Censos passados. Não foram ouvidos representantes de outros credos.

Faltava a decisão sobre o tema cor. Essa deu um pouco mais de trabalho. Primeiro porque sempre provocava polêmica. Tanto técnica, como social. Segundo porque não havia recomendação internacional sobre o assunto. Diante disso, subcomissão “bugou” (como diria minha sobrinha de 11 anos). Não conseguiu se decidir. Diante do impasse, o presidente do IBGE teve uma ótima ideia: considerando a questão social, por que não convidar dois sociólogos para debater o assunto? Eu fico aqui imaginando que se eles tivessem concordado, teríamos uma solução, isso é claro! Mas para a surpresa de zero pessoas, eles discordaram. Manuel Diegues Júnior apoia a inclusão, com a seguinte justificativa:

“Não nos parece ponderável a ideia de excluir o quesito. Ao contrário: seria mister conservá-lo a fim de que se contribuísse para sentir a atitude de nossas populações, em especial quanto a dois aspectos: 1) como esta própria população se define no que se relaciona com a cor, 2) qual a tendência verificada em relação aos censos anteriores, quer quanto à característica de cor obtida quer ainda quanto a uma maior ou menor predominância de uma das cores. Isto permitirá dar aos estudiosos uma ideia do comportamento da população no que se refere a sua caracterização de cor.”

Por sua vez, José Arthur Rios, apoia a exclusão do quesito:

“Se a divergência de critérios torna difícil a comparação entre os diversos recenseamentos dos dados agrupados nesse quesito; se a apuração dos dados de cada Censo é, ela própria, precária pelo caráter subjetivo da classificação; se as características do comportamento racial na sociedade brasileira desconhecem barreiras; se os dados, da maneira como são escolhidos e classificados, perdem significação para o estudioso, é o caso de indagar se vale a pena incluir os quesitos no questionário, tendo em vista prioridades mais altas e o curso que acarreta essa inclusão.”

No final, parece que o argumento de José Arthur Rios foi mais bem recebido, já que o censo de 1970 foi o terceiro da história a não pesquisar cor.

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “O agente do Serviço Nacional de Recenseamento é o bom amigo que vai realizar à sua porta uma missão de paz e patriotismo.”

O IBGE seguiu sua preparação e previu realizar uma pesquisa experimental para testar a operação e os formulários. Chegou a escolher uma cidade com o nome muito adequado: Contagem, em Minas Gerais. Mas por falta de recursos financeiros a etapa foi cancelada.

O preparo na capacitação dos recenseadores também foi importante. Além do treinamento intensivo, receberam um manual de instruções, que deveriam carregar durante todo o trabalho. Falando neles, vale dizer que as qualidades

desejadas para desempenhar essa função foram mudando com o tempo. Se antes era importante conhecer profundamente a área a ser recenseada, para esse Censo era desejado que o agente tivesse qualidades como responsabilidade, bom senso e cordialidade. Esse último talento seria essencial para aqueles casos mais difíceis, quando havia alguma resistência por parte do declarante em fornecer informações.

Era importante passar a ideia de que o informante era um parceiro nessa missão. Então, embora a legislação previsse punições para quem não colaborasse, todo o esforço era feito para que todos entendessem o valor da contribuição, deixando de lado qualquer tipo de ameaça. É claro, também era informado o caráter sigiloso da pesquisa.

Nunca é demais lembrar as dificuldades que acabavam afetando o trabalho de coleta. Vamos ouvir uma passagem curiosa, relatada pelo ex-presidente do IBGE, Eurico Borba:

[Depoimento de EURICO BORBA]

“Se nós não tivéssemos tido o apoio da Força Aérea Brasileira no deslocamento dos questionários, das caixas, o material, desde a propaganda dos cartazes do censo, do Serviço de Erradicação da Malária e do Serviço de Proteção ao Índio, que nos ajudaram enormemente a espalhar esse material de coleta do censo de 1970, por esses rincões todos do centro-oeste e da região norte. Muitos agentes de coleta eram avisados que o material estava se aproximando e como ia pelo Serviço de Erradicação da Malária, ou ia pelo Serviço de Proteção ao Índio, iam em canoas, com motor de popa. Eles ficavam na margem do rio, acampados, esperando que passasse, para receber seu pacote, para levar para sua agência de coleta, que era mais afastada e para poder, então, ler as instruções e fazer a pesquisa, fazer o levantamento censitário.”

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “O Brasil precisa saber para ter consciência de sua grandeza.”

Já na divulgação da pesquisa, o censo de 1970 contou com a luxuosa ajuda dos recém campeões mundiais de futebol Pelé, Carlos Alberto Torres e Zito. Ah, tinha também o Julinho, o recenseador. Era o personagem principal de uma história em quadrinhos, distribuída para o público infantil. Se você tiver curiosidade e quiser

ler esse gibi, ele está facilmente disponível no site da Biblioteca do IBGE, eu vou colocar para você um link na descrição do episódio. Quem também foi o poeta Carlos Drummond de Andrade, que publicou o poema chamado “Assanhamento” e a crônica “Um cidadão”, ambas no Jornal do Brasil, falando sobre o Censo. Eu gostei tanto da crônica que vou colocar ela para vocês no final.

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “Quantos somos? Sim, quantos somos no Brasil? Quantos sabem ler? Quantos analfabetos? E a nossa indústria? E a nossa lavoura? Quantos?”

O Censo empregou por volta de 120 mil pessoas, a maioria delas recenseadores. Eles percorreram os mais de 8 milhões de quilômetros quadrados do território que, para facilitar, foi dividido em quase 97 mil setores censitários. Além dos recenseados em todos os domicílios, também foram computados os brasileiros em missão no exterior e os ocupantes de navios nacionais em portos fora do país. Como no Censo anterior, as tribos isoladas, sem contato com a civilização, não foram incluídas.

Alguns números de todo esse trabalho são curiosos: foram impressos mais de 61 milhões de formulários, que cobririam uma área de mais de 6 milhões de metros quadrados, isso daria mais ou menos 840 campos de futebol. Já as 13 mil caixas de madeira, usadas para acondicionar o material, poderiam cobrir uma área de 10 mil metros quadrados. A quantidade de cartões de perfuração que continham as informações também era impressionante: quase 62 milhões!

E já que estamos falando em números, vamos aos resultados! O recenseamento de 1970 contou 93.134.846 pessoas, a maioria delas mulheres, quase 500 mil a mais do que homens. A esperança de vida estava próxima dos 58 anos e a mortalidade infantil chegava quase 98 a cada mil crianças. Os casados eram a maioria, assim como as pessoas alfabetizadas. São Paulo continuava sendo o Estado mais populoso e os católicos ainda eram mais de 90% da população. Mas foi nesse Censo que houve uma virada: o Brasil passava a ser majoritariamente urbano, um movimento que ia se intensificar ao longo do tempo.

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “Ninguém deve esconder nada que o recenseador perguntar. Toda pergunta é certa e boa. Toda resposta é absolutamente necessária.”

A publicação dos dados se iniciou já no início de 1971 com os dados preliminares. E os resultados definitivos foram publicados já no meio da década, em 2 séries: uma nacional, com um volume para o Brasil todo e um regional, com 24 volumes. Esses resultados também foram disponibilizados em fitas magnéticas, apresentando um avanço na disseminação dessas informações. Aliás, o Censo de 1970 buscou dar continuidade aos avanços tecnológicos pretendidos no censo anterior. Para isso renovou seu parque tecnológico, mas por causa de um atraso, precisou iniciar a apuração em computadores da PUC-Rio.

Sobre o assunto tecnologia, vou tocar para vocês um trecho da entrevista de Eurico Borba, ex-presidente do IBGE:

[Depoimento de EURICO BORBA]

“O pessoal critica o passado pelo atraso das informações, informações saiam com 2, 3 anos de atraso. Saíam porque o Brasil é enorme e nós tínhamos que trazer, não a lombo de burro, mas tínhamos que trazer de caminhão, fretando aviões, muitas vezes, o que eram caríssimos, para trazer os questionários para Rio de Janeiro, porque tudo era centralizado. A crítica era centralizada no Rio de Janeiro e depois a apuração. Vocês não imaginam, mas no censo de 1970 nós tínhamos ainda máquinas perfuradoras. Eram 480 máquinas perfuradoras para a perfuração, em 4 turnos de 6 horas, lá em Mangueira. E depois nós tínhamos mais de 300 máquinas verificadoras. Uma amostra bastante forte para verificar a qualidade da perfuração. Era um espetáculo, era um negócio fantástico. Hoje vocês clicam em um celular. E já está sendo totalizado.”

Apesar das limitações da tecnologia da época, podemos concluir que essa pesquisa se destacou pela sua qualidade de organização, riqueza de detalhes e confiabilidade dos números.

Para terminar, que tal ficarmos com Carlos Drummond de Andrade? Em primeiro de setembro de 1970, o Jornal do Brasil publicou a crônica “Um cidadão”. Vamos a ela:

“Nesta manhã de primeiro de setembro, preparo-me para receber o recenseador, ou recenseadora, que terá comigo uma entrevista de meia hora no máximo. Milhões de pessoas, em todo o país, acham-se na mesma situação. Terei de responder a 10 perguntas muito simples, se o acaso não me reservar o “questionário para amostragem”, que compreende mais 37 indagações – mas estas só serão feitas de quatro em quatro residências, e também não são bicho-de-sete-cabeças.

Basicamente, serei interrogado sobre meu nome, idade, nacionalidade, se sei ler e escrever, etc. Por mim, não tenho o menor interesse em ficar retido em casa durante 30 minutos, para dizer coisas dessa ordem à moça ou rapaz, oficialmente bem educado, que daqui a pouco tocará a campainha. Admito que a visita seja até agradável, pois o recenseador foi treinado, não para me aborrecer, mas para me cativar a simpatia. E a moça pode ser bonita, nesse caso olhar para ela já é um prazer a domicílio. Não será, entretanto, clamorosa perda de tempo, dedicar a um estranho essa fração matinal de minha vida, para contar-lhe quem sou, eu que estou farto de saber quem sou, e ele que não tem absolutamente nada a ver com isso?

Não. Das respostas que eu fornecer decorrerão as maiores consequências. Por extraordinário que pareça, o Brasil está interessado em computar os dados de minha banal pessoinha, e só por meio desses dados, aparentemente insignificantes, é que poderá decidir do futuro dele próprio, Brasil, como reunião de seres humanos e não mera abstração política, alheia ao viver de todos. Custa a acreditar, mas é verdade. Se não me conhecer bem, meu país não poderá fazer nada de bom pela comunidade que nele existe. Nenhum plano correto será estabelecido, nenhum programa válido de Governo terá execução, se eu não abrir a porta ao jovem do Recenseamento, ou lhe der notícias falsas de mim mesmo. Tudo que pode ser resumido nestas palavras – humanização da vida urbana e da vida rural – importando em bem-estar, instrução e justiça, por meio de serviços bem planejados e eficazmente distribuídos, está dependendo de mim, e de uma estatística em que eu entro como o próprio objeto a ser verificado em número e natureza.

Começo a descobrir que sou importante. Supunha-me um entre milhões de anônimos, e fui chamado esta manhã a colaborar no projeto nacional recebendo um visitante de papel na mão e sorriso nos lábios. Um desconhecido que não vem me cobrar imposto, nem traz intimação para comparecer à política ou ao tribunal, não quer me vender cigarros ou uísque de contrabando, ou me ler o seu repertório de poemas de vanguarda. Pelo contrário. Traz-me (sem banda de música, sem ênfase) uma oportunidade de ser nacionalmente, de agir como cidadão agente da História pelo simples fato de prestar umas poucas informações pessoais condensadas num X do boletim de recenseamento.

É honra demais para o João-Brandão que sempre fui? Pois é uma honra que, pensando bem, eu me devia a mim mesmo. Sou dono desta nação. Nem sempre essa propriedade me acode à lembrança, e deixo-a entregue não sei bem a quem, ou a ninguém. Devia tê-la presente no meu cotidiano, mas confesso que sou preguiçoso, omissos, distraído e não sei mais o quê. E como geralmente não se lembram de me lembrar, fica tudo assim mesmo, com o Sr. Acaso fazendo mal e porcamente as minhas vezes de proprietário. Ah, não posso queixar-me! Se eu tivesse mais consciência de meus poderes, de minhas responsabilidades...

Hoje, porém, desconfio que meu dia vai ser importante, como eu serei importante nele. Vou dar meu nome, idade, nacionalidade, grau de instrução, para que se tome a devida nota de tudo isto e se providencie em consequência. Eu e você, nós. É tão simples e tão necessário. Estão tocando a campainha. Com licença. Vou atender. É o recenseador, com seu papel.”

FIM DO EPISÓDIO [Música instrumental]

Oi, sou eu de novo! Queria falar para vocês que o material que serviu de base para a elaboração do roteiro pode ser encontrado na Biblioteca do IBGE. Destaque para a publicação História das Estatísticas Brasileiras, de Nelson Senra.

Visite também o site da Memória IBGE. Lá você encontra muita coisa legal sobre a trajetória da Fundação ao longo do tempo, inclusive as entrevistas utilizadas neste episódio.

O podcast Censos do Brasil é um oferecimento da Memória IBGE. Eu sou Fabio Carvalho e roteirizei, produzi e editei este episódio, com o apoio de Vera Abrantes que me ajudou com informações para a elaboração do roteiro.

[Música instrumental]